

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS, PROFISSIONAIS
DA ÁREA DE SAÚDE E EMPRESÁRIOS DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS LTDA.
UNIPRIME CAMPOS GERAIS
I - BALANÇO PATRIMONIAL
VALORES EM R\$ 1**

ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE	113.434.581	109.410.434
DISPONIBILIDADES	374.769	466.729
Caixa	355.624	410.972
Depósitos Bancários	19.145	55.757
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	96.379.806	92.878.693
Carteira Própria	96.379.296	92.878.693
Cheques e Outros Papéis	510	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	100.000	100.000
Numerario em Transito	100.000	100.000
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	16.485.990	15.912.508
Operações de Crédito - Setor Privado	16.747.957	16.246.859
(-) Provisão p/Créditos de Liq. Duvidosa	(261.967)	(334.351)
OUTROS CRÉDITOS	92.861	19.041
Serviços Prestados a Receber	30.344	14.191
Adto. e Antecipações Salariais	4.144	3.526
Adto. a Fornecedores	900	-
Devedores Diversos	57.473	1.324
OUTROS VALORES E BENS	1.155	33.463
Outros Valores e Bens	1.155	33.463
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	36.090.563	31.292.482
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	31.648.289	27.719.266
Operações de Crédito - Setor Privado	32.151.189	28.301.699
(-) Provisão p/Créditos de Liq. Duvidosa	(502.900)	(582.433)
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS LONGO PRAZO	4.442.274	3.573.216
Carteira Própria	4.442.274	3.573.216
PERMANENTE	5.243.467	1.979.618
INVESTIMENTOS	4.209.301	944.577
Ações e cotas	4.209.301	944.577
IMOBILIZADO DE USO	1.021.861	1.016.511
Imobilizado de Uso	1.687.389	1.620.139
(-) Depreciações Acumuladas	(665.528)	(603.628)
INTANGÍVEL	12.305	18.530
Outros Ativos Intangíveis	43.639	43.639
(-) Amortização Acumulada	(31.334)	(25.109)
TOTAL DO ATIVO	154.768.611	142.682.534

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS, PROFISSIONAIS
DA ÁREA DE SAÚDE E EMPRESÁRIOS DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS LTDA.
UNIPRIME CAMPOS GERAIS**

I - BALANÇO PATRIMONIAL

VALORES EM R\$ 1

PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE	125.782.974	117.069.943
DEPÓSITOS	123.826.555	114.911.344
Depósitos à Vista	21.032.229	13.166.548
Depósitos a Prazo	102.768.559	101.744.796
Depósitos Judiciais	25.767	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	65.699	365.860
Repasse BNDES	65.699	365.860
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.890.720	1.792.739
Sociais e Estatutárias	130.028	64.979
Fiscais e Previdenciárias	605.422	599.099
Provisão para Contingências	250.984	250.984
Cheques Administrativos	-	120.000
Obrigações Prestação Serviço pgto.	397.883	282.917
Provisões P/Despesas com pessoal	268.431	294.304
Provisões Pgtos. a Efetuar	23.590	10.396
Outras Garantias Financeiras Prestadas	8.330	-
Credores Diversos	206.052	170.060
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	14.353	92.611
Relações Interfinanceiras (BNDES)	14.353	92.611
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28.971.284	25.519.980
Capital Social	31.587.914	28.959.996
Capital a Realizar	(3.495.890)	(4.600.000)
Reserva Legal	570.113	545.924
Reservas Estatutárias (F.C.)	241.417	389.602
Sobras ou Perdas Acumuladas	67.730	224.458
TOTAL DO PASSIVO	154.768.611	142.682.534

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS, PROFISSIONAIS
DA ÁREA DE SAÚDE E EMPRESÁRIOS DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS LTDA.
UNIPRIME CAMPOS GERAIS
II- DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
VALORES EM R\$ 1**

DISCRIMINAÇÃO	Exercícios	
	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19.084.117	20.805.490
Operações de Crédito	9.322.967	10.685.100
Resultado de Op. com Títulos e Valores Mob.	9.761.150	10.120.390
DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(10.712.842)	(12.015.185)
Operações de Captação no Mercado	(10.399.597)	(11.699.025)
Operações de Empréstimos e Repasses	(21.075)	(53.554)
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(292.170)	(571.573)
Reversão Provisões Operações de Crédito	-	308.967
RESULTADO BRUTO DA INTERMED.FINANCEIRA	8.371.275	8.790.305
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(8.088.261)	(8.334.663)
Receita de Prestação de Serviços	919.345	528.956
Despesa de Pessoal	(3.269.720)	(2.904.490)
Outras Despesas Administrativas	(3.154.137)	(3.020.641)
Despesas Tributárias	(49.676)	(54.275)
Outras Despesas Operacionais	(2.846.181)	(3.056.042)
Outras Receitas Operacionais	312.108	171.829
RESULTADO OPERACIONAL	283.014	455.642
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(26.810)	(9.532)
Outras Receitas não Operacionais	12.366	1.120
Despesas não Operacionais	(39.176)	(10.652)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	256.204	446.110
Imposto de Renda e Contribuição Social	(20.099)	(7.506)
Participações Estatutárias no Lucro	(76.538)	(115.871)
SOBRAS LIQUIDAS	159.567	322.733

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS, PROFISSIONAIS
DA ÁREA DE SAÚDE E EMPRESÁRIOS DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS LTDA.
UNIPRIME CAMPOS GERAIS
III - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
VALORES EM R\$ 1**

	Capital	Reserva	Reserva Legal	Sobras/Perdas Acumuladas	Patrimônio
		Expansão			líquido
Saldo em 31/12/2015	21.424.965	372.000	486.069	17.602	22.300.636
Distribuição das Sobras	17.602	-	-	(17.602)	-
Integralização de Capital	2.764.506	-	-	-	2.764.506
Juros ao Capital	2.956.635	-	-	-	2.956.635
IRRF Juros ao Capital	(443.496)	-	-	-	(443.496)
Devolução de Capital	(2.360.216)	-	-	-	(2.360.216)
Sobras ou Perdas 31/12/2016	-	-	-	322.732	322.732
FATES	-	-	-	(38.420)	(38.420)
Reserva Legal	-	-	59.855	(59.855)	-
Reserva para Expansão	-	17.602	-	-	17.602
Saldo em 31/12/2016	24.359.996	389.602	545.924	224.457	25.519.979
Mutação do Período no Exercício 2016	2.935.031	17.602	59.855	206.855	3.219.343
Saldo em 31/12/2016	24.359.996	389.602	545.924	224.458	25.519.980
Distribuição das Sobras p/Capital	190.314	-	-	(190.314)	-
Irrf s/Sobras Ditribuidas	-	-	-	(34.144)	(34.144)
Integralização de Capital	3.099.852	-	-	-	3.099.852
Juros ao Capital	2.499.968	-	-	-	2.499.968
IRRF Juros ao Capital	(374.987)	-	-	-	(374.987)
Devolução de Capital	(1.683.118)	-	-	-	(1.683.118)
Sobras ou Perdas 31/12/2017	-	-	-	159.567	159.567
Fates Ato Não Cooperativo	-	-	-	(4.838)	(4.838)
Fates Ato Cooperativo	-	-	-	(62.809)	(62.809)
Reserva Legal	-	-	24.189	(24.189)	-
Utilização Fundo de Reserva	-	(148.186)	-	-	(148.186)
Saldo em 31/12/2017	28.092.024	241.416	570.113	67.731	28.971.284
Mutação do Período no Exercício 2017	3.732.029	(148.186)	24.189	(156.727)	3.451.305
Saldo em 30/06/2017	25.381.232	389.602	545.924	(299.317)	26.017.441
Integralização de Capital	1.227.472	-	-	-	1.227.472
Juros ao Capital	2.490.177	-	-	-	2.490.177
IRRF Juros ao Capital	(373.518)	-	-	-	(373.518)
Devolução de Capital	(633.339)	-	-	-	(633.339)
Sobras ou Perdas do 2º Semestre 2017	-	-	-	458.884	458.884
Fates Ato Não Cooperativo	-	-	-	(4.838)	(4.838)
Fates Ato Cooperativo	-	-	-	(62.809)	(62.809)
Reserva Legal	-	-	24.189	(24.189)	-
Reservas Estatutárias (F.C.)	-	(148.186)	-	-	(148.186)
Saldo em 31/12/2017	28.092.024	241.416	570.113	67.731	28.971.284
Mutação do Período 2º Sem/2017	2.710.792	(148.186)	24.189	367.048	2.953.843

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS, PROFISSIONAIS
DA ÁREA DE SAÚDE E EMPRESÁRIOS DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS LTDA.
UNIPRIME CAMPOS GERAIS
IV - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
VALORES EM R\$ 1**

	Exerc. 2017	Exerc. 2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	159.567	322.732
Ajustes por:		
Depreciação	67.656	74.002
Amortização do Intangível	6.225	6.225
Provisões de Crédito a Curto Prazo	(231.450)	380.099
Provisões de Crédito a Longo Prazo	79.533	(153.362)
Geração Bruta de Caixa	81.531	629.697
Aumento de Relações Interfinanceira em Longo Prazo	(869.058)	(3.573.216)
Aumento das Relações Interdependências a Curto Prazo	-	(100.000)
Redução das Relações Interdependências a Curto Prazo	-	-
Aumento das Operações de Crédito a Curto Prazo	(1.501.099)	-
Redução das Operações de Crédito a Curto Prazo	-	1.351.196
Aumento de Outros Créditos a Curto Prazo	(73.821)	-
Redução de Outros Créditos a Curto Prazo	-	8.835
Aumento de Outros Valores e Bens	-	(15.958)
Redução de Outros Valores e Bens	32.308	-
Aumento das Operações de Crédito a Longo Prazo	(2.849.490)	-
Redução das Operações de Crédito a Longo Prazo	-	631.328
Aumento dos Depósitos	8.915.211	35.760.540
Redução dos Depósitos	-	-
Redução de Relações Interfinanceira	(378.419)	(404.989)
Redução de Relações Interdependências	-	-
Aumento de Outras Obrigações a curto prazo	176.240	853.625
Redução de Outras Obrigações a curto prazo	-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais	3.533.403	35.141.058
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento de Investimentos	(3.264.724)	-
Aumento de Imobilizado	(73.007)	-
Redução de Imobilizado	-	45.821
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos	(3.337.731)	45.821
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital	3.099.852	2.764.506
Devolução de Capital	(1.683.118)	(2.360.217)
Redução de Obrigações por Empréstimos a longo prazo	(78.258)	(389.459)
Fates Ato Não Cooperativo	(62.809)	(23.456)
Fates Ato Cooperativo	(4.838)	(14.964)
IRRF Distribuição de Sobras	(34.144)	-
Utilização da Reserva Estatutária	(148.186)	17.602
Juros ao Capital	2.499.968	2.956.635
IRRF Juros ao Capital	(374.987)	(443.496)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamento	3.213.481	2.507.152
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		
	3.409.153	37.694.032
(+) Saldo Inicial de Caixa e equivalente de caixa	93.345.422	55.651.390
(=) Saldo Final de Caixa e equivalente de caixa	96.754.574	93.345.422
(Redução)/Aumento do Saldo do Caixa e equivalente de caixa	3.409.153	37.694.032

Exercício de 2017	Final	
Disponibilidade	374.769,42	1.1
Relações Interfinanceiras	100.822.078,82	1.4
Relações Interfinanceiras em Longo Prazo	(4.442.274,12)	
Total de Caixa e equivalente de Caixa	96.754.574,12	

2º semestre de 2017	Final	
Disponibilidade	374.769,42	1.1
Relações Interfinanceiras	100.822.078,82	1.4
Relações Interfinanceiras em Longo Prazo	(4.442.274,12)	
Total de Caixa e equivalente de Caixa	96.754.574,12	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Srs.

**Conselheiros, Diretores e Associados da
COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS, PROFISSIONAIS DA ÁREA DE
SAÚDE E EMPRESÁRIOS DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS LTDA.
UNIPRIME CAMPOS GERAIS
Ponta Grossa – PR**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS, PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE E EMPRESÁRIOS DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS LTDA. - UNIPRIME CAMPOS GERAIS, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis*”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso

dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 30 de janeiro de 2018.

**BAUER AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/MG 6427 "S" PR**

**MÁRIO ORLANDO BAUER
Contador Responsável
CRC RS 017.883/O-T-MG "S" PR**

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
Em R\$**

1. ATIVIDADE

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MÉDICOS, PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE E EMPRESÁRIOS DA REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS LTDA. - UNIPRIME CAMPOS GERAIS, constituída em 14 de janeiro de 1999, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 28 de abril de 1999, conforme comunicado número 578/99 de 06 de maio de 1999 e tem por objetivo a educação cooperativista, assistência financeira e prestação de serviços aos seus cooperados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Lei nº 11.638/07 promulgada em 28 de dezembro de 2007 alterou, revogou e introduziu dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), principalmente com relação à atualização da legislação societária brasileira e possibilitando o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de Contabilidade (IFRS). As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil previstas na Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores (Leis 11.638/07 e 11.941/09), nos pronunciamentos editados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, nas resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e na Legislação Cooperativista, que foram abrangidas pela normatização do Banco Central do Brasil, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu até o final de 2017, 47 pronunciamentos editados e vigentes. Entretanto, o Conselho Monetário Nacional elaborou normativos direcionados para sete destes pronunciamentos: CPC Conceitual Básico (Resolução 4144/12), Resolução 3566/2008 - Redução ao Valor Recuperável do Ativo (CPC 01), Resolução 3604/2008 - Fluxo de Caixa (CPC 03), Resolução 3750/2010 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05), Resolução 3823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25), Resolução 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10), Resolução 4.007/2011 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro (CPC 23), Resolução 3.973/2011 - Eventos Subsequentes (CPC 24) e CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados (Resolução 4.424/2015).

Para efeito de comparabilidade, as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017 estão ladeadas pelas demonstrações de 31 de dezembro de 2016, demonstradas em reais.

3. **PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas mensalmente, pelo regime de competência.

b) Operações Ativas e Passivas

As operações ativas e passivas com encargos pré e pós-fixados são registrados pelo valor principal, com acréscimo dos respectivos encargos incorridos, inclusive atualização monetária, observada a periodicidade da capitalização contratual.

c) Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação ao devedor e seus garantidores, e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como outras informações cadastrais do devedor, conforme resoluções emanadas pelo Banco Central do Brasil.

d) Efeitos Inflacionários

Os valores que compõem o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido não foram corrigidos monetariamente, em obediência à Lei 9.249/95, art. 4º, que revogou a correção monetária das demonstrações financeiras.

e) Imobilizado, Intangível

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição/construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais descritas na nota explicativa nº 9.

O intangível está demonstrado pelo custo incorrido deduzidas as amortizações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem conforme pronunciamento técnico CPC 04 e registrado no patrimônio conforme Carta Circular 3.357 do Banco Central do Brasil.

f) Provisões para Risco de Crédito

As provisões para risco em operações de crédito foram constituídas atendendo os normativos do Banco Central do Brasil, através das Resoluções 2682/1999 e 2697/2000, bem como aos critérios da política de crédito recomendados pela Uniprime Central, classificando as operações por faixas de riscos constituindo as devidas provisões.

g) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Conforme Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e Resolução 3.823/2009 do Conselho Monetário Nacional, estão sendo aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriadas para provisões, passivos e ativos contingentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos com liquidez imediata, que são utilizados para o gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Cooperativa, compreendendo:

CONTAS	31/12/2017	31/12/2016
Caixas e Saldos em Bancos	374.769,42	466.728,97
Relações Interfinanceiras	100.822.078,82	96.451.908,89
Relações Interfinanceiras Longo Prazo	(4.442.274,12)	(3.573.216,00)
TOTAL	96.754.574,12	93.345.421,86

Demonstração do Fluxo de Caixa

Obedecendo as normas vigentes, Resolução CMN 3.604/2008 em consonância com a Resolução CFC 1.296/2010, itens 48 a 52, registramos abaixo informações complementares a nossa Demonstração de Fluxo de Caixa: Todo saldo de Caixa e Equivalente de Caixa estava disponível para a entidade na data de 31/12/2017. A instituição não possui linha de crédito pré-aprovada.

5. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

As Relações Interfinanceiras compreendem os valores da Compensação de Cheques e Outros Papéis a Devolver. Também compõem os saldos das Relações Interfinanceiras, as Aplicações Financeiras com Liquidez Diária depositadas na UNIPRIME CENTRAL – Central Interestadual de Cooperativas de Crédito Ltda., CNPJ 03.046.391/0001-73, que as aplica de forma centralizada com os recursos das demais singulares, cuja receita é mensalmente creditada às singulares proporcionalmente ao volume de depósitos mantidos.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Em 31 de dezembro de 2017 comparando com 31 de dezembro de 2016, a composição da carteira de operações de crédito apresentava a seguinte distribuição:

6.1 – Tipo de Operação

Tipo	31/12/2017	31/12/2016
Cheque Especial	1.524.051,20	1.070.835,48
Adiantamento a Depositante	18.002,82	54.793,38
Empréstimos	29.752.143,08	25.698.763,69
Títulos Descontados	306.930,25	422.582,78
Financiamentos	17.212.502,07	16.836.156,71
Financiamentos BNDES	85.517,16	465.426,24
(-) Provisão p/ Créditos Liquidação Duvidosa	(764.867,24)	(916.784,62)
TOTAL	48.134.279,34	43.631.773,66

6.2 – Cronograma de Vencimento das Operações (*)

Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Vencidos até 15 dias	4.971,64	66.186,36
Vencidos após 15 dias	20.633,04	283.943,43
Vincendos até 90 dias	4.791.043,94	4.313.158,30
Vincendos de 91 até 180 dias	4.189.864,65	4.473.175,17
Vincendos de 181 até 360 dias	7.226.891,57	6.733.041,14
Vincendos de 361 até 720 dias	11.228.689,95	10.217.254,64
Vincendos acima de 721 dias	19.911.880,97	17.419.826,50
TOTAL	47.373.975,76	43.506.585,54

Os valores de encerramento dos exercícios de 2017 e 2016 são compostos por saldos de Empréstimos, Financiamentos e Descontos, excluídos as rendas a apropriar, saldos de Adiantamento a Depositante e Utilização Cheque Especial.

6.3 – Classificação pelo Risco

Nível	Valor TOTAL 31/12/2017	Valor Provisão 31/12/2017	Valor TOTAL 31/12/2016	Valor Provisão 31/12/2016
A	17.676.571,34	88.383,16	14.529.830,76	72.649,10
B	29.001.790,68	290.017,86	27.453.334,98	274.533,37
C	1.514.441,48	45.433,25	810.616,21	24.318,51
D	3.065,96	306,60	691.118,02	69.111,81
E	494.251,38	148.275,41	756.384,13	226.915,25
F	0,00	0,00	23.332,16	11.666,09
G vencido	55.249,28	38.674,50	154.505,08	108.153,55
H vencido	153.776,46	153.776,46	129.436,94	129.436,94
TOTAL	48.899.146,58	764.867,24	44.548.558,28	916.784,62

6.4 – Valores em Prejuízo Registrados no Compensado

Exercício	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízo	340.719,22	35.468,45
Ex. entre 13 e 48	48.392,19	78.931,56
Ex. Anterior	520.303,38	454.295,66
TOTAL	909.414,79	568.695,67

Foram recuperados valores de prejuízos no exercício de 2017 no total de R\$ 146.901,71 (foram recuperados valores de prejuízos no exercício de 2016 no montante de R\$ 8.283,41).

7. OUTROS CRÉDITOS

Contas	31/12/2017	31/12/2016
Rendas a Receber	30.344,24	14.191,09
Adto. p/Pgto. De Nossa Conta	900,00	0,00
Adto. Antecipações Salariais	4.144,14	3.525,70
Devedores Diversos	57.473,22	1.323,65
TOTAL	92.861,60	19.040,44

Rendas a Receber – O valor de R\$ 30.344,24 de 31 de dezembro de 2017 se refere a comissões de terceiros;

Adto. p/Pgto. de nossa Conta – O valor de R\$ 900,00 de 31 de dezembro de 2017 se refere a adiantamento a fornecedores.

Adto. Antecipações Salariais – O valor de R\$ 4.144,14 de 31 de dezembro de 2017 se refere a adto. de férias a funcionários;

Devedores Diversos – O valor de R\$ 57.473,22 de 31 de dezembro de 2017 se refere a devedores diversos e será regularizado no decorrer do primeiro semestre de 2018.

8. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Representam valores a receber após 31 de dezembro de 2018.

Contas	31/12/2017	31/12/2016
Operações de Crédito	31.648.288,77	27.719.265,81
Relações Interfinanceiras	4.442.274,00	3.573.216,00
TOTAL	36.090.562,77	31.292.481,81

9. ATIVO PERMANENTE

a) Investimento

Representado pela participação em 4.209.301 cotas, no valor unitário de R\$1,00, da Uniprime Central, o que totaliza um investimento, em 31 de

dezembro de 2017, de R\$ 4.209.301,42 (R\$ 944.577,32 em 31 de dezembro de 2016).

b) Imobilizado

Contas	Situação Líquida em 31/12/2017	Situação Líquida em 31/12/2016	Taxa Deprec.
			ano %
Móveis e Equipamentos em Uso	1.860,00	1.860,00	0%
Terrenos	190.000,00	190.000,00	0%
Mobiliários	125.659,47	131.303,17	10%
Máquinas e Equipamentos	51.039,20	55.696,21	10%
Sistema de Comunicação	799,15	3.116,44	10%
Sistema de Proc. de Dados	150.213,84	201.465,80	20%
Sistema de Segurança	76.756,43	87.954,31	10%
Instalações	204.905,81	96.407,67	10%
Edificações	220.627,41	235.016,01	4%
Veículos	0,00	13.691,44	20%
TOTAL	1.021.861,31	1.016.511,05	

c) Intangível

Contas	Situação Líquida em 31/12/2017	Situação Líquida em 31/12/2016	Taxa Deprec. ano %
Outros Ativos Intangíveis	12.304,76	18.530,00	20%
TOTAL	12.304,76	18.530,00	

10. QUADRO DE DEPÓSITOS

10.1 – Cronograma dos Depósitos:

Depósitos	31/12/2017	31/12/2016
À Vista	21.049.522,74	13.166.548,24
A Prazo	102.777.031,85	101.744.795,76
TOTAL	123.826.554,59	114.911.344,00

10.2 – Cronograma de Vencimento dos Depósitos a Prazo:

Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Depósito sob aviso	889.949,31	1.566.442,70
Vincendos de 541 a 720 dias	101.887.082,54	100.178.353,06
TOTAL	102.777.031,85	101.744.795,76

10.3 – Relações Interfinanceiras

Prazo	31/12/2017	31/12/2016
Repasse BNDES	80.052,51	458.471,76
TOTAL	80.052,51	458.471,76

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e Estatutárias

FATES – Durante o ano de 2017 foram absorvidas despesas no valor de R\$ 41.081,71 na conta de FATES, representando gastos com Assistência Técnica, Educacional e Social. Foi incorporado ao saldo do FATES em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 43.967,83 representando 5% das sobras brutas mais R\$ 4.837,88 constituídas pelo resultado dos atos não cooperativos, perfazendo um saldo total de R\$ 62.808,95 no encerramento do exercício conforme regulamentação do Banco Central do Brasil.

JUROS AO CAPITAL – Durante o ano de 2017, constituiu-se provisão para pagamento de Juros ao Capital sobre a média de Capital Social de R\$24.989.603,54, utilizando-se a taxa SELIC acumulada de 9,9102% sobre este valor, respectivamente a cada período. Totalizou-se provisão de R\$2.476.519,69 conforme pagamento efetuado em 31 de dezembro de 2017 aos cooperados da Uniprime Campos Gerais.

b) Fiscais e Previdenciárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Impostos e Contrib. s/ Serv. Terceiros	9.781,32	8.997,17
Impostos e Contribuições s/ Salário	86.469,23	78.585,69
Outros Impostos e Contrib. a Recolher	509.172,03	511.516,12
TOTAL	605.422,58	599.098,98

c) Diversas

Representa as obrigações com terceiros compostas por:

Provisões para pagamento de Despesas com Pessoal e outros pagamentos:

Representa o valor necessário para pagamento de férias, 13º salário, gratificações, PLR e seus respectivos encargos, apurados pelo número de dias de direito dos funcionários, calculado até 31 de dezembro de 2017 e 2016;

Credores Diversos

Saldo representado por valores a pagar a fornecedores e créditos pendentes a serem regularizados no decorrer de 2018.

12. CONTINGÊNCIAS

12.1 – A entidade constituiu provisão para obrigação tributária referente ao PIS/COFINS sobre faturamento no montante de R\$ 250.983,55.

12.2 – As declarações de Imposto de Renda, entregues conforme determina a legislação tributária durante os últimos cinco anos, estão sujeitas a exame pelas autoridades fiscais.

12.3 – As demais declarações, bem como os outros impostos e contribuições Federais, Estaduais e Municipais, entregues conforme determina a legislação tributária, estão sujeitos a exame durante diferentes períodos de prescrição.

13. GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

Provisão constituída para cobertura de perdas associadas às garantias financeiras prestadas nos termos da resolução do CMN nº 4.512/2016. Os parâmetros de provisionamento são estabelecidos com base nos mesmos critérios mínimos determinados pela Resolução CMN 2.682/1999.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor garantido era de R\$ 1.034.816,82, referente a operações de cartão mediante convênio com o Bancoob e provisão realizada no montante de R\$ 8.330,21.

14. CAPITAL SOCIAL

O capital está representado pela participação de cooperados, atingindo o montante de R\$ 28.092.024,06 em 31 de dezembro de 2017 e de R\$24.359.995,57 em 31 de dezembro de 2016.

A Cooperativa tem o seu quadro de cooperados aberto a demais profissionais da saúde e empresários distribuídos conforme quadro abaixo:

Área	31/12/2017	31/12/2016
Médicos	547	521
Outros Profissionais - Área da Saúde	226	248
Outros Profissionais	625	628
Pessoas Jurídicas – Área da Saúde	302	267
Pessoas Jurídicas	250	208
Funcionários	61	68
TOTAL	2011	1940

15. **SOBRAS E PERDAS**

As sobras de 2016 e 2017 estão assim compostas:

Descrição	2017	2016
RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE	159.566,54	322.732,39
FATES s/ato não cooperativo – Art. 87 da Lei 5.764/71	(62.808,95)	(23.455,64)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	96.757,59	299.276,75
FATES (5%)	(4.837,88)	(14.963,84)
Fundo de Reserva (20% 2016 e 25% 2017)	(24.189,40)	(59.855,35)
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	67.730,31	224.457,56

O Art. 28 da Lei Federal Cooperativista 5.764/1971 e o ponto 1.30.3.3 do Cosif definem que as cooperativas são obrigadas a destinar percentuais mínimos das sobras líquidas para o Fundo de Reserva e para o F.A.T.E.S. (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social). A Resolução CFC 1.013/2013 esclareceu critérios sobre o que são “Sobras Líquidas do Exercício”, citando que a base é o Resultado do Exercício menos os Atos Não Cooperativos.

16. **COMPENSADO**

Representado pelas seguintes contas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Garantias Financeiras Prestadas	1.034.816,82	0,00
Custódia de Valores	858.904,38	806.808,69
Contratos de Seguro Celebrados	7.200.000,00	7.045.000,00
Avais Fianças e Outras Garantias Credoras	91.695.240,86	81.115.178,33
Controle	(207.289,97)	0,00
Créditos Baixados como Prejuízo	909.414,79	568.695,57
Capital Realizado	4.209.301,42	944.577,32
Créditos Contratados a Liberar	9.226.139,71	8.592.771,74
Bens recebidos em Comodato	6.522,00	6.522,00
Classificação da Carteira de Crédito	48.899.146,58	44.548.558,28
TOTAL	163.832.196,59	143.628.111,93

17. **REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS** **(PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 01 E RESOLUÇÃO CMN 3566/08)**

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não existiam indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

A Cooperativa não tem valor para ajustar no ativo, devido à irrelevância de um grupo e a segurança de outros grupos em 31 de dezembro de 2017. O Ativo da instituição é composto de 62,52% por Caixa e Equivalentes de Caixa, 34,10% de Outros Ativos em curto e longo prazo e 3,39% de Permanente. O Permanente não é relevante, dispensando a mensuração do valor recuperável. O percentual de 99,53% de Caixa e Equivalentes de Caixa está concentrado em uma Cooperativa Central de Crédito estável, sem recursos em operações de crédito e com aplicações com perfil conservador, demonstrando uma grande possibilidade de retorno. A participação de 91,21% dos Outros Ativos em curto e longo prazo é em Operações de Crédito, que já tem uma regra específica de valor recuperável, através das Resoluções 2682/1999 e 2697/2000.

Observações:

- (a) Resolução 1.374/11 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro – CPC Conceitual Básico (Resolução CMN 4.144/12). Características qualitativas das informações contábeis, relevância das informações.
- (b) Norma específica do CMN e Banco Central Lei 4.595/1964 (item XII, Art. 4º, Expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras).
- (c) A entidade deve avaliar, no mínimo ao fim de cada exercício social, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

18. FUNDO GARANTIDOR COOPERATIVO - FGCOOP

Fundo Garantidor de Depósitos do Sistema Cooperativa – FGCOOP

A partir de 01 de março de 2014 a UNIPRIME CAMPOS GERAIS passou a fazer parte do FGCoop nacional conforme Resolução 4150/12 e 4284/13 do Banco Central do Brasil que constituiu o fundo com a finalidade de proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitando os limites e condições estabelecidos no seu regulamento, contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e contribuir para a prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista.

19. DIVULGAÇÃO SOBRE AS PARTES RELACIONADAS

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que se relaciona de maneira relevante com a cooperativa. A cooperativa deve divulgar a natureza do relacionamento, montante das transações, prazos e condições, garantias dadas ou recebidas e provisão para crédito de liquidação duvidosa. Destacamos entre as nossas partes relacionadas a Uniprime Central, a Tecnocred e os membros estatutários.

Uniprime Central

A Cooperativa possui uma relação de filiação com a Uniprime Central. Entre as obrigações da UNIPRIME CAMPOS GERAIS com essa relação,

destacamos: subscrever e realizar as quotas-partes do capital social na Central e satisfazer pontualmente seus compromissos financeiros com a Central. A Uniprime Campos Gerais se obriga ainda a participar da constituição do Fundo Garantidor Cooperativo (FGCOOP), além de possuir participação no capital social de R\$ 4.209.301,42 e na Centralização Financeira de R\$ 100.821.568,82 na data de 31 de dezembro de 2017.

A Uniprime Central tem a função de normatizar, controlar e padronizar todas as atividades operacionais e tecnológicas das singulares filiadas.

Membros Estatutários: Na Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente é estabelecida a remuneração para a Diretoria Executiva, Conselhos de Administração e Fiscal.

Operações Ativas e Passivas: Foram realizadas transações com membros estatutários na forma de depósitos, operações de crédito, capital social e outros serviços. As taxas e prazos oferecidos para estes membros são condizentes com as usufruídas pelos demais cooperados da cooperativa.

Segue abaixo o montante de aplicações e empréstimos dos membros estatutários na data de 31/12/2017.

Tipo de Atividade Econômica	Montante	% em relação à carteira total
Aplicações	2.308.765,07	2,25%
Empréstimos	3.314.993,80	6,78%
Provisões de Operações de Crédito	25.003,98	3,27%

20. RESOLUÇÃO 2554/98 – CONTROLES INTERNOS

De acordo com o estabelecido nesta resolução do Conselho Monetário Nacional, a UNIPRIME CAMPOS GERAIS implementou os controles internos exigidos, tendo como destaque:

- a) A realização de duas Auditorias Internas nas cooperativas filiadas, conforme Circular 3.400 e Carta-Circular 3.337, ambas do Banco Central do Brasil;
- b) Implantação do Sistema de Gestão – SIAGE e SIARI;
- c) Implantação do FGCoop (Fundo Garantidor para Cooperativas em concordância com a resolução 4.284 do Banco Central do Brasil;
- d) Implantação da Gestão Tributária;
- e) Implantação do programa de Prevenção a Lavagem Dinheiro e Financiamento a Terrorismo;
- f) A Uniprime Campos Gerais é auditada duas vezes por ano pela Bauer Auditores Associados, para realização da auditoria das demonstrações financeiras e cooperativista.
- g) A Uniprime Campos Gerais é auditada periodicamente pela auditoria interna da Uniprime Central.

21. RESOLUÇÃO 4.194/13 – METODOLOGIA DE APURAÇÃO DOS ATIVOS PONDERADOS RISCOS

Em cumprimento à Resolução 4.194/13 do Banco Central do Brasil, a Uniprime Campos Gerais escolheu a forma de apuração do montante dos seus ativos ponderados de riscos pelo modelo simplificado (RWA_{rps}).

22. RESOLUÇÃO 3.380/06 - GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL

Em cumprimento à Resolução 3.380/06 do Banco Central do Brasil, foi implantada estrutura direcionada para gerenciar o risco operacional. Com base nas recomendações do Manual e Políticas de Gerenciamento do Risco Operacional elaborado pela Uniprime Central para aderência à normatização.

Estrutura designada:

- Diretor Responsável: Dr. Marcelo Jacomel
- Técnico Responsável: Sr. Marcos Aurélio Muller

O gerenciamento do risco operacional se baseia em Política, Manual, descritivos dos processos e questionário dos descritivos dos processos, registro, mapeamento e estatísticas das perdas operacionais através de relatórios mensais e semestrais sendo adotada a metodologia de Abordagem de Indicador Básico para a alocação de capital.

O gestor de risco mantém arquivados os relatórios em cumprimento da política e procedimentos, que ficará à disposição para apreciação e verificação da auditoria interna e também pela supervisão do Banco Central do Brasil ou quando solicitado.

Endereço Eletrônico – www.uniprimecamposgerais.com.br.

23. RESOLUÇÃO 3464/07 - GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

Em cumprimento à Resolução 3.464/07 do Banco Central do Brasil, foi implantada a estrutura de gerenciamento de risco de mercado. Com base nas recomendações do Manual e Política de Gerenciamento de Risco de Mercado elaborado pela Uniprime Central para a aderência à normatização.

Estrutura designada:

- Diretor Responsável: Dr. Mauricio Moro
- Técnico Responsável: Sr. Marcos Aurélio Muller

O gerenciamento do Risco de Mercado se baseia em Política, Manual e Relatórios mensais e semestrais de verificação da composição, carteira de investimentos, carteira de empréstimos e carteira de captação, com relação a taxas, prazos, tipo de papéis e despesas e receitas geradas.

A metodologia para cálculo da alocação de capital é a RBAN.

O gestor de risco mantém arquivados os relatórios em cumprimento da política e procedimentos, que ficam à disposição para apreciação e verificação da auditoria interna e também para supervisão do Banco Central do Brasil ou quando solicitado.

Endereço Eletrônico – www.uniprimecamposgerais.com.br

24. RESOLUÇÃO 3721/09 - GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

Em cumprimento à Resolução 3.721/09 do Banco Central do Brasil, foi implantada a estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito. Com base nas recomendações do Manual e Política de Gerenciamento de Risco de Crédito elaborado pela Uniprime Central para a aderência à normatização.

Estrutura designada:

- Diretor Responsável: Dr. Mauricio Moro

- Técnico Responsável: Sr. Marcos Aurélio Muller

O gerenciamento do Risco de Crédito se baseia em Política, Manual, Relatórios mensal e semestral de verificação do índice de inadimplência, da carteira de empréstimos limite de aplicações de recursos em créditos para cooperados, concentração maior devedor individual em relação ao PR concentração dos 10 maiores devedores, provisão de risco de crédito, detalhamento da composição da carteira de empréstimos. Quanto à carteira de investimentos, é verificada a composição dos papéis, limite de aplicações em renda fixa e variáveis, prazos das aplicações e dos papéis que compõem os fundos, as contrapartes e receitas e despesas das aplicações na carteira de investimentos e carteira de empréstimos.

A metodologia para cálculo da alocação de capital é a PEPR.

O gestor de risco mantém arquivados os relatórios em cumprimento da política e procedimentos, que ficará à disposição para apreciação e verificação da auditoria interna e também pela supervisão do Banco Central do Brasil ou quando solicitado.

Endereço Eletrônico – www.uniprimecamposgerais.com.br

25. RESOLUÇÃO 4.090/2012 - GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

Em cumprimento à Resolução 4.090/2012 do Banco Central do Brasil, foi implantada a estrutura de gerenciamento de Risco de Liquidez. Com base nas recomendações do Manual e Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez elaborado pela Uniprime Central para a aderência à normatização.

Estrutura designada:

- Diretor Responsável: Dr. Mauricio Moro

- Técnico Responsável: Sr. Marcos Aurélio Muller

O gerenciamento do Risco de Liquidez se baseia em Política, Manual e Relatórios mensal e semestral de verificação do índice de liquidez, descasamento de prazos, fluxo de caixa e limite de liquidez.

O gestor de risco mantém arquivados os relatórios em cumprimento da política e procedimentos, que ficará à disposição para apreciação e verificação da auditoria interna e também pela supervisão do Banco Central do Brasil ou quando solicitado.

Endereço Eletrônico – www.uniprimecamposgerais.com.br

26. RESOLUÇÃO 3.988/11 - GERENCIAMENTO DO RISCO DE CAPITAL

Em cumprimento à Resolução 3.988/11 do Banco Central do Brasil, foi indicada e definida a estrutura organizacional e definida a política institucional.

Estrutura designada:

- Diretor Responsável: Dr. Mauricio Moro

- Técnico Responsável: Sr. Marcos Aurélio Muller

Endereço Eletrônico – www.uniprimecamposgerais.com.br

27. RESOLUÇÃO 4.327/14-POLITICA DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em cumprimento à Resolução 4.327/14 do Banco Central do Brasil, foi implantada em nossa cooperativa a estrutura de gerenciamento da Política de Responsabilidade Socioambiental de acordo o cronograma, sendo o diretor já indicado e tendo definida a estrutura organizacional.

Estrutura designada:

Diretor Responsável: Dr. Marcelo Jacomel

Técnico Responsável: Sra. Tatiane da Silva Leite

Endereço Eletrônico – www.uniprimecamposgerais.com.br

28. RESOLUÇÃO 4433/2015 – OUVIDORIA

Conforme estipulado pela Resolução 4433/15 do Banco Central do Brasil, foi implantada a Ouvidoria em nossa cooperativa através de discagem gratuita pelo telefone 0800-4009066. O diretor responsável atual é o Dr. Marcelo Jacomel e o profissional responsável é o Sr. Alexander Pelozo. A instituição da ouvidoria como órgão técnico visa facilitar a comunicação dos cooperados com a Cooperativa, visando pronto atendimento de seus pleitos.

Ponta Grossa - PR, 31 de dezembro de 2017.

**Dr. Augusto Francesco Carlo
Garofani
Diretor Presidente**

**Dr. Marcelo Jacomel
Diretor Administrativo**

**Dr. Mauricio Moro
Diretor Financeiro**

**Lucas Valfrido Costa
Contador
CRC-PR 039357/O-7**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da Uniprime Campos Gerais Cooperativa de Crédito Ltda., **UNIPRIME CAMPOS GERAIS**, em reunião realizada no dia 21 de fevereiro de 2018, em observância ao disposto no artigo 56, da Lei 5764/71, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício e demais documentos e informações pertinentes às operações realizadas pela **UNIPRIMECAMPOS GERAIS**.

Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representantes da **UNIPRIME CAMPOS GERAIS**, e tendo em conta, os relatórios e pareceres das auditorias internas procedidas pela Uniprime Central e auditoria externa realizada por Bauer Auditores Associados, é de parecer que os citados documentos estão de conformidade com as prescrições legais e reflete adequadamente a posição patrimonial e econômico-financeira da Cooperativa no referido exercício, razão pela qual opinam favoravelmente à aprovação de tais documentos.

Ponta Grossa, 21 de fevereiro de 2018

Dimas Schultz
Conselheiro Fiscal

Dr. Cleverson Urcichi
Conselheiro Fiscal

Dr. Eduardo Bacila de Souza
Conselheiro Fiscal



UNIPRIME CAMPOS GERAIS COOPERATIVA DE CRÉDITO LTDA.

CNPJ – 03.234.384/0001-03

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Uniprime Campos Gerais Cooperativa de Crédito Ltda. – **UNIPRIME CAMPOS GERAIS**, no uso de suas atribuições e conforme o artigo 33º do Estatuto Social, convoca os senhores associados, que nesta data somam **1974 (um mil novecentos e setenta e quatro)**, para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** a ser realizada no dia **26 de março de 2018, no Auditório “Dr. Enny Luiz Fachin” na sede da Unimed Ponta Grossa, sito à Rua Comendador Miró, 417- Centro, Ponta Grossa - PR às 17:00 horas** em Primeira Convocação com presença de **2/3 (dois terços)** dos associados, às **18:00 horas** em Segunda Convocação com **metade mais um** dos associados, ou ainda às **19:00 horas** em Terceira Convocação com presença de no **mínimo 10 (dez)** associados para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA:

- a) **Prestação de contas relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2017, que compreende:**
 - 1- Relatório da Diretoria em Gestão
 - 2- Apreciação do Balanço Geral
 - 3- Demonstrativo do Resultado no Exercício
 - 4- Parecer do Conselho Fiscal
- b) **Destinação do resultado apurado no Exercício;**
- c) **Fixação e valor dos honorários da Diretoria Executiva e Cédulas de Presença dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal;**
- d) **Devolução de Capital a associados demitidos;**

Ponta Grossa, 09 de março de 2018.

Dr. Augusto Francesco Carlo Garofani
Presidente